

# Revolução



## O ALENTEJO EM FERIDA



**PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO**



dos leitores

# OS REFORMISTAS E O CONFRONTO

Realizou-se nos dias 19, 20 e 21 de Novembro, o chamado Congresso dos G.D.U.P.s. Repisar sobre a sua não democracticidade, do ridículo de votar os objectivos do próprio Congresso, ali, lidos pela primeira vez e à pressa, sem sequer poder discuti-los, falar dos golpes que levaram àquela sala vários «congressistas» saídos de GDUP fantasmas etc., etc., já é de somenos importância. Persiste para além dele na boca dos reformistas, nas páginas dos seus pasquins, o deformar constante das posições revolucionárias que por vezes aí se conseguiram defender. É assim que ainda hoje ouvimos berrar sobre o aventureirismo do confronto, sobre o esquerdismo vanguardista das quatro componentes, etc, etc.

Os reformistas de todas as cores sempre fugiram e fogem da violência revolucionária como o diabo foge da cruz. Não por mania ou defeito de nascença, mas porque é sobre esta questão que se traça sempre, e mais claramente nos momentos agudos da luta de classes, uma clara linha de demarcação entre estes e os revolucionários. Em Portugal, hoje, esta questão põe-se sobre a maneira como se encara o confronto.

Em primeiro lugar em jeito de esclarecimento sobre as «trapalhices» que certos reformistas tentam vender sobre este assunto diários: As classes lutam, afrontam-se diariamente — isto é uma realidade; essa luta tem fases quantitativamente diferentes, e só quando essa quantidade, por um processo de agudização se transforma em quantidade diferente, em que existe um processo de ruptura, há o confronto necessariamente violento.

Só os míopes, melhor diríamos os ceguinhos da política não vêm (ou não lhes convém ver) a diferença que existe entre a luta de classes e uma das suas formas superiores: O confronto.

Ora hoje em Portugal o confronto entre as duas classes dar-se-á a breve trecho. Porquê? Sumariamente diríamos: A burguesia para resolver a sua crise, hoje e aqui, na situação económica em que nos encontramos só tem uma saída: impor um sistema de exploração desenfreado. Camaradas: este sistema passa pela liquidação das organizações e dos combatentes mais intransigentes da classe, e não se processará sem os trabalhadores se levantarem.

Como se vê esta análise nada tem a ver com as deformações com que os reformistas nos tentam intoxicar, em que nos acusam de fazer reviver as teses blanquistas da tomada do poder por meio dum punhado de revo-

lucionários decididos e coisas do género. Os Lassales do fim do século acusavam Engels de blanquismo quando este defendia a violência revolucionária. Os UDPs, PCP(R)s e Cia. hoje repetem os seus mestres.

A revolução não é um chá em que se escolhe o momento de o tomar, perdão, de tomar o Poder. Não é também por uma soma mecânica das condições objectivas e condições subjectivas que se dará um golpe de estado na Burguesia. Só os pobres de espírito podem acusar de aventureirismo o facto de partirmos da análise concreta da situação concreta em que se vive para dizermos que o confronto vai dar-se e que temos que nos preparar para ele em todos os sentidos.

A História mostra-nos que isto já aconteceu diversas vezes. Situações em que o proletariado enfrenta a burguesia sem estar preparado para tomar o Poder, ou mesmo tomou o Poder, sem o conseguir depois defender, levaram Marx em relação à Comuna de Paris (que terminou com um banho de sangue) ou Lenine face a 1906 (em que os trabalhadores russos foram esmagados) a defenderem estas lutas não como aventuras, mas como experiências de lutas gloriosas para o proletariado.

Camaradas, a única alternativa organizativa para o confronto é de facto o Movimento de Unidade Popular nascido em torno do programa de candidatura de Otelio; sem ele não estamos aptos a enfrentar a burguesia. Para tal temos de varrer do seu seio os reformistas de todos os géneros e construir o Movimento de Unidade Popular, de acordo com o projecto inicial da candidatura de Otelio e com as suas quatro componentes.

**Pela Revolução Socialista  
Um simpatizante**

Porto-Voz do PARTIDO  
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



# Revolução

Revolução

## Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME .....  
MORADA .....  
LOCALIDADE .....  
PROFISSÃO .....

|             |  |  |
|-------------|--|--|
| PAÍS        | Semestral — 110\$00<br>Anual — 220\$00 | Pagamento  |
| ESTRANGEIRO | Semestral — 400\$00<br>Anual — 800\$00 | Em cheque <input type="checkbox"/><br>Em vale <input type="checkbox"/> |

# Lê assina divulga Revolução

### PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa  
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa  
Tel. 573520/573640/573717/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE

Rua Álvares Cabral, 110, PORTO

LIVRARIAS REVOLUÇÃO

#### CABO RUIVO

Rua do Vale Formoso de Lima, 127-A. Horário — das 12 às 14 h e das 16.30 às 24 horas.

#### ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas

#### Stª Iria da Azoia

Rua S. Francisco Xavier, n.º 10-A

#### ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110  
Tel. 315759/315786

MATOSINHOS — Rua Cond. e de S. Salvador, 374  
Tel. 931925

#### ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Ferreira Borges, Tel. 22961

MARINHA GRANDE — Rua Marquês de Pombal, n.º 65

ARGEA — Tel. 92169

ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA — Av. da República, 40

ALGÉS — Rua Vitor Duarte Pedroso, n.º 15 - Algés de Cima

TEL. 2100337

PARÉDE — Rua Gomes Freire de Andrade, 1. Tel. 2474142

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Praça do Bocado, 3

TEL. 26949

BARREIRO — Rua dr. Eusebio Leão, 31 Tel. 2076745

LAVRADIO — Rua dr. José Caramelo Lobo, n.º 312

TORRÃO — Horta Seca

#### ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

ÉVORA — Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24998

ALJUSTREL — Rua da Liberdade, n.º 13, Aljustrel

#### ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Reitor Teixeira Guedes, n.º 35 - Tel. 24107

LOULÉ — Av. José da Costa Mesquita, n.º 39 - 1.º Tel. 63043

PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17 — 24658

MONCHIQUE — Estrada da Foia, 9, Monchique

#### ORG. REGIONAL DO NORTE

VIANA DO CASTELO — Rua de Altamira, 102 Tel. 24320

BARCELOS — Av. Liberdade 60r/c Tel. 83099

CASTELO BRANCO — Rua de Santa Maria, 10 Tel. 179

S. JOÃO DA MADEIRA — Rua Jaime Afreco n.º 142 Tel. 24148

SACAVEM — Largo 5 de Outubro N.º 16-17 Tel. 2512807

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, n.º 40 Tel. 939525

CACÉM — E. de Paço de Arcos, lote 16, loja. T. 2945096

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional, n.º 10 Tel. 2763397/2763122

QUINTA DA LOMBA — Rua de Goa, 21-A

SINES — Rua Marquês de Pombal, n.º 86 Tel. 62880

BEJA — Rua Alexandre Herculano, n.º 29 Tel. 24594

OLHÃO — Rua 16 de Junho, n.º 84 - B - C

FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio 24725

ESTOMBAR — Rua D. Pedro Galvão, 5

#### UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017



# PS suspende militantes

O Secretariado Nacional do Partido Socialista suspendeu nestas últimas semanas Aires Rodrigues, Carmelinda Pereira, José Luís Mendes, Henrique Gomes da Costa, e Francisco Fortunato, todos dirigentes da Comissão de Trabalho e os dois primeiros, deputados à Assembleia da República e mais posteriormente Henrique Fernandes, presidente da Associação Académica de Coimbra, membro da Comissão Nacional do Partido e dirigente da Juventude Socialista, Carlos Almeida, Alcides Guimarães e José Gonçalves.

Segundo o Secretariado Nacional as primeiras suspensões devem-se ao apoio dado pela Comissão de Trabalho à convocação feita pelos Sindicatos da Carta Aberta para um Comício a realizar na FIL em Lisboa, contra os bombistas e o avanço da direita fascista, pelo julgamento dos pides e contra o atentado a Lopes Cardoso; as segundas suspensões ao facto de os militantes agora suspensos terem avançado com a realização de um Comício da JS sob as palavras de ordem «Contra o Terrorismo, Pela Constituição, Pelo Poder Democrático dos Trabalhadores, Pelo Socialismo», comício esse que tinha sido proibido pelo partido com antecedência dado que «pelas palavras de ordem, aliás confirmadas pelas intervenções que acabaram por ter lugar contribuía para criar um clima de desconfiança em relação à vontade política dos Órgãos de Soberania de lutarem contra o Terrorismo e os Bombistas» e também «porque o PS como Partido do Governo não pode tolerar essas atitudes».

A Convocação desses dois Comícios (Carta Aberta e JS de Coimbra) mostram bem como no interior do próprio Partido Socialista se agudizam as contradições com os trabalha-

dores que ainda lá restam e que se sentem traídos pela actual política de cedências do Governo.

Esta atitude por parte de responsáveis do Partido Socialista não vem por acaso, mas sim na sucessão de todo um processo repressivo interno para o fortalecimento da facção direita.

Mário Soares parece que já optou entre o manter as bases trabalhadoras do PS e as cedências à direita reaccionária para as quais tem vindo a preparar o partido eliminando sucessivamente os sectores que a isso se opõem.

As suspensões no PS surgiram quando muitos militantes apoiaram a candidatura revolucionária de Otelo ou mesmo a de Pinheiro de Azevedo, pondo-se frontalmente contra as directivas de apoio a Ramalho Eanes, denunciando-o como candidato da direita. Começou aí todo um processo de agudização de luta de classes dentro do próprio partido, reflexo dos acontecimentos exteriores a este.

Posteriormente foi a luta do Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa, e até o apoio que militantes do PS estão a dar à FEPU, lista de candidaturas às autarquias locais promovida pelo Partido Comunista.

A recuperação capitalista está em marcha. Mário Soares sabe que há duas coisas perfeitamente opostas: a sociedade socialista porque diz lutar, e a recuperação capitalista que tem tentado empreender.

Soares optou pela segunda hipótese. Pensamos que os trabalhadores do Partido Socialista (os que lá restam) optam pela sociedade socialista. A ver vamos...

## PIDES

Tem estado a decorrer no Tribunal Militar de Santa Clara o julgamento do agente da PIDE António Domingues que assassinou, em 1961, o pintor Dias Coelho, militante do PCP.

O facto do chefe da Brigada da PIDE, Alberto Carvalho que pertenceu à Pide durante mais de 25 anos ter sido simplesmente condenado à perda de direitos políticos por 5 anos (como se isso alterasse em alguma coisa a sua forma de «fazer política») alertou os mais variados sectores antifascistas que reclamam que este Tribunal burguês «desculpe» mais este Pide que não foi mais que um fiel servidor dos interesses dessa mesma burguesia quando esta, noutros tempos, teve de assumir outra forma de dominação.

Contudo apesar das sucessivas

«perdas de memória» do réu e dos que o defendem (em grande parte outros agentes da Pide), as provas que o acusam de homicídio voluntário e premeditado são demasiado evidentes e o caso tem projecção pública suficiente para impedir a burguesia de facilmente passar uma esponja sobre o caso.

Aliás esta, é capaz de cumprir as suas próprias leis para com um ou outro pide cujos crimes estejam mais vivos nas memórias dos trabalhadores impondo-lhe as sentenças correspondentes, quando isso possa servir de cobertura para a libertação de dezenas de assassinos não tão conhecidos, mas que precisamente por isso mais facilmente actuam no sentido do regresso deste País à ditadura fascista.

# Ensino Superior contra o MEIC

Por todas as escolas do País se organizaram os professores, alunos e funcionários progressistas contra o decreto do Cardia sobre gestão do Ensino Superior. Depois duma primeira fase de discussão em cada Estabelecimento de Ensino que levou ao repúdio generalizado pelo decreto, as escolas uniram-se agora para adoptar as necessárias formas de luta.

Após três Encontros Nacionais de Conselhos Directivos e Associações de Estudantes foi possível aprovar um Plano de Acção e um Caderno Reivindicativo que apresentam como objectivo principal de luta neste momento a suspensão do decreto de gestão elaborado pelo MEIC.

De facto, depois duma análise detalhada do decreto, foi decidido: Combater a importância fundamental dada ao Conselho Científico, pelo que os Professores não deverão aceitar dele fazer parte; lutar para que a Assembleia Geral de Escola seja o órgão máximo soberano da Escola; lutar para que todos os órgãos sejam eleitos e caso haja uma Assembleia de Representantes os seus poderes sejam delegados pela AGE; lutar para que a competência disciplinar seja atribuído dos órgãos democráticos da Escola e não de quaisquer Conselhos Disciplinares, cuja prática ao serviço do fascismo era tão conhecida antes do 25 de Abril.

Assim a Academia de Lisboa reuniu em Plenário decidiu dar um prazo máximo até às 12 horas do dia 25/11 para o MEIC responder favoravelmente às suas reivindicações, entregues no Ministério por uma manifestação saída do Plenário. Esta mesma posição seria também tomada pelas Universidades do Porto e de Coimbra. Caso a resposta não fosse favorável toda a Academia Portuguesa entraria em greve sexta-feira dia 26.

O multiso já habitual do MEIC, que só raramente é interrompido pelas bacoradas reaccionárias do Dr. Cardia, levou à paralisação de toda a Academia. A adesão à greve foi quase total, tendo-se verificado raros casos



de Escolas que funcionaram a 50 por cento (Direito em Lisboa e Medicina e Letras no Porto).

No IV Encontro Nacional dos Conselhos Directivos e Associações de Estudantes realizado no sábado dia 27 aprovou-se uma proposta de demissão colectiva de todos os Conselhos Directivos em alternativa a uma proposta de greve indefinida até à suspensão e revogação do decreto.

A demissão colectiva dos Conselhos Directivos seria concretizada na Concentração Nacional do Ensino Superior que se veio a realizar no dia 3 deste mês.

A concretização foi apoiada quer pelas Academias de Lisboa, Porto e Coimbra, quer ainda pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, tendo-se o delegado sindical do Ciclo Preparatório e do Ensino Secundário solidarizado com os professores, estudantes e funcionários do Ensino Superior.

A concentração reuniu vários milhares de pessoas que em S. Bento e mais uma vez perante o aparato policial e repressivo habitual gritaram o seu não à actual política reaccionária do MEIC perante a Assembleia da República que através da sua maioria CDS, PSD (PPD) e PS tinha acabado de aprovar os decretos contestados e perante o Governo que tinha reafirmado a sua confiança ao apoio total à política actualmente seguida pelo Ministério de Cardia.

Ficou marcado para o dia 8 de Dezembro mais um Encontro Nacional dos Conselhos Directivos e Associações de Estudantes para decidir e coordenar a actuação neste momento, dado que a simples demissão dos CD se não for acompanhada de outras formas de luta deixa campo aberto para todas e quaisquer manobras do MEIC tanto mais que se aproxima o período de férias em que a desmobilização dos estudantes dificulta possíveis movimentações.





e a unidade popular

# Entrevista de Cunhal ao "Expresso"

No passado mês de Novembro Cunhal foi entrevistado pelo Expresso, que fez das suas declarações um aproveitamento a nível de títulos coerente com as críticas de direita que os Sociais Democratas fazem ao PC.

Porém as análises que o Secretário-Geral deste partido faz e as soluções que propõe são reveladoras do beco sem saída em que se encontra a direcção do PCP e do modelo de Sociedade que nos aponta.

Cunhal parte de alguns pressupostos para as suas análises e soluções um dos quais é que não há viragem à direita na situação política portuguesa. O que existe, segundo ele, é uma ofensiva mais descarada das forças fascistas, ofensiva essa que é contrabalançada por um fortalecer simultâneo do campo de esquerda.

Para além de ser evidente que à radicalização da extrema direita opõe-se necessariamente uma coesão maior dos sectores antifascistas Cunhal «ignora» que o Poder Político-Militar não fica imóvel e desloca-se rapidamente para a direita. Esta «ignorância» é-lhe indispensável para a solução que aponta.

## AMAIORIA DE ESQUERDA

Este estafado «slogan» continua a persistir como objectivo próximo da direcção do PCP. Cunhal lamenta que a maioria numérica PC-PS da Assembleia da República não seja uma maioria política. «Porque não há acordos entre comunistas e socialistas. Se houvesse a coisa estava feita». A história destes dois anos tem mostrado o que têm custado aos trabalhadores estes acordos de gabinetes celebrados entre as direcções do PC e do PS, para que a «coisa esteja feita». Esta «coisa» que há a fazer não é nem mais nem menos que a substituição de alguns dos actuais quadros do PS nas cúpulas das estruturas administrativas por elementos capazes de defender o projecto que o PC tem para Portugal: A «campanha de austeridade» voltaria a chamar-se «batalha de produção» sem contudo haver mudança nas relações de produção nas empresas; a esquerda revolucionária voltaria a ser perseguida por «fazer o jogo da reacção» em vez de o ser por ter um projecto «Totalitário-Comunista».

## O INIMIGO PERMANENTE

Alvaro Cunhal definiu há muito tempo os dois inimigos: monopolistas e latifundiários por um lado e os revolucionários por outro.

Os primeiros porque ocupam os lugares que o PCP privilegia ocupar: os postos de decisão na Indústria e na Agricultura, pretendendo substituir apenas a decisão individual dos capitalistas pela decisão dos técnicos do Partido que fabricariam um plano económico. Os segundos porque o seu projecto consiste em substituir esta estrutura económica por outra em que os produtores não possam ser afastados das decisões acerca do que produzem e onde nem os burocratas do PC nem a sua submissão à estratégia dum bloco político-militar terão lugar.

## O RESPEITO PELO CAPITAL

Nesta linha seguem-se o facto de Cunhal «não ser pela liquidação do sector capitalista neste momento» e sua tirada de «se alguém poderia dar garantias aos capitalistas seriam ainda os comunistas». Na verdade em contraposição à concorrência que desfavorece e arruína os pequenos capitalistas num regime de capitalismo privado, o PC apresenta um plano que lhes garantirá os lucros embora lhes corte as ambições.

## OS GOLPES E AS CARTAS

«Se há partido que não é golpista é o nosso. Todos os outros partidos preparam golpes. Todos eles». Alvaro Cunhal apresentou o PCP como o partido mais organizado e ordeiro que existe. Enfim o parceiro ideal para o PS. Dias depois, no dia 27 mais propriamente, houve grandes manifestações de trabalhadores contra a política do governo e o PC tenta usá-las como manobra de pressão.

Obviamente Soares recusou, porque «o momento não é oportuno», esse encontro a nível de Direcções, que tinha como objectivo procurar «soluções comuns e o estabelecimento da relações normais» entre os dois partidos.

Soares não se mostrou interessado, principalmente «nas vésperas da abertura da campanha para as eleições» em estender um dedo que fosse ao PC. Mas é precisamente por nos encontrarmos em período eleitoral que o PC propõe semelhante encontro, não por esperar que o PS o aceite mas sim pela propaganda (facto que aliás é anunciado na carta) que disse iria fazer.

Este propósito mostra-se claro se observarmos que no documento enviado do PC apresenta, com uma certa extensão, a sua análise da situação actual, onde inclui críticas ao Governo PS e as expressões características dos seus comunicados públicos, o que não aconteceria certamente se se tratasse de uma carta «confidencial» e de acordo com os propósitos nela anunciados.

O PC está assim a jogar todas as cartas ao seu alcance para alargar a sua credibilidade a dois níveis:

— De imediato, o das eleições, para o que acusa o PS de desvio à direita, enquanto lhe propõe encontros cuja recusa utiliza publicamente como prova desse desvio.

— Ao mesmo tempo, a nível dos sectores cujo centro ideológico se situa nos militares «melantonistas» que recuperaram recentemente a sua coragem antifascista e perante os quais o PC quer aparecer como dialogante e aliado potencial.

# Que futuro para os GDUP? Que futuro para o MUP?

É esta uma questão central que se coloca a milhares de activistas dos GDUP, que não seguindo a orientação política do PCP(R) ou da UDP, não aceitam o processo que conduziu a um pseudo-Congresso, nem as resoluções deste saídas. E esta é uma questão que preocupa não apenas os militantes e simpatizantes do PRP, mas muitos camaradas trabalhadores apartidários ou de outras forças políticas, atingindo mesmo militantes revolucionários das próprias bases da UDP e MES. Para nós, o fundamental — que esteve e continua a estar em causa — é a indispensabilidade e a urgência da construção duma alternativa revolucionária.

Será que as centenas de milhar de homens que votaram em Otelo, será que os milhares que no dia-a-dia da luta de classes em Portugal se aperceberam que eram traídos pelo PS ou pelo PC, vão ter confiança num Movimento cada vez mais estreitado e cada vez mais controlado pelo stalinismo-reformismo? Será que vão ter confiança num Movimento que, dizendo-se revolucionário, não define uma estratégia e uma tática e coloca à cabeça da sua direcção alguns elementos que traíram gravemente na polícia?

É preciso ser cego, esquizofrénico político ou objectivamente contra-revolucionário para não ver que este pseudo-Congresso se saldou por um grande passo atrás no que respeita ao projecto de Otelo e à construção da alternativa revolucionária.

A prática política e os seus resultados encarregar-se-ão nas próximas semanas de demonstrar ainda mais claramente aquilo que hoje afirmamos.

Para alguns independentes, que seguem a plática de avestruz, e que também defenderam a realização do Congresso na Amadora, rapidamente se aperceberão do grave erro que foi fazer um Congresso naquelas condições, Congresso de que não resultou uma linha política revolucionária e autónoma, capaz de fazer face às enormes tarefas que a actual situação política exige.

Foi muito grave o que aconteceu porque o que está em causa é o futuro do Movimento revolucionário que não se compadece com certos exercícios intelectuais.

Para alguns dos dirigentes e militantes do MES talvez tenha sido a via menos dolorosa de consumir a sua integração na UDP ainda que com nome diferente. Conseguirão por esta via negociar alguns lugares no PCP (R)? Será que os militantes não stalinistas e revolucionários do MES aceitam a linha que está a ser seguida pela sua direcção? Para o PCP (R) tal-

vez tenha sido a possibilidade de alargar um pouco mais a sua frente UDP e «educar» alguns intelectuais mais «difíceis».

Mas dizemos alargar um pouco mais, porque, isto, a prosseguir assim, trabalhadores independentes e militantes mesmo das bases do MES e da UDP rapidamente se afastarão. Até porque não estamos na China nem na Albânia, assim como não estamos na União Soviética.

E qual é o papel de Otelo no meio de tudo isto? Que é feito do seu projecto de Socialismo de Base para a sociedade portuguesa?

É porque todo o projecto inicial degenerou que há camaradas trabalhadores independentes e de algumas forças políticas que já há muito desistiram da luta no seio dos GDUP e há outros que pensam ainda desistir. A estes camaradas nós dizemos que é possível e necessário continuar a luta dentro e fora dos GDUP, para repor o projecto inicial, isto é para construir um movimento que assente nos princípios e objectivos fundamentais que nortearam a campanha eleitoral de Otelo, e se adapte à actual realidade da luta de classes.

Com conhecimento de causa podemos afirmar que há milhares de activistas dos GDUP e simpatizantes do projecto de Otelo dispostos a prosseguir a luta nesta perspectiva.

De todo o País nos chegam informações de GDUP e outras estruturas unitárias de trabalhadores e revolucionários, que rapidamente poderão atingir o nível de centenas, e que se dispõem a lutar dentro desta perspectiva e a coordenar as suas actividades de forma a unificar a luta à escala nacional.

A todos estes camaradas nós dizemos que os militantes do PRP estão firmemente decididos a lutar lado a lado com eles para que o projecto revolucionário seja levado para a frente para que o fascismo seja derrotado e a Revolução triunfe.





# COMUNICADO

## Partido Revolucionário do Proletariado

Realizou-se na Marinha Grande nos dias 4 e 5 de Dezembro um plenário de responsáveis do PRP, representantes de Direcções Locais e Regionais e de Sectores, com a presença de 293 responsáveis e alguns convidados, o qual teve o seguinte conteúdo:

### PARTIDO

- 1 — Foi comunicado ao Plenário de responsáveis o resultado dos trabalhos da 1.ª parte do Inquérito mandado instaurar pela Direcção do Partido. Nesse resultado se espelhou o aparecimento de sabotagem anti-PRP desenvolvida internamente e com ligações detectadas ao exterior, face ao que foram tomadas as medidas necessárias. Este ataque dirigido ao PRP a partir do seu próprio seio foi entendido e interpretado como parte integrante de outros ataques de tipo policial e jurídico que a reacção, o Poder e o próprio reformismo desencadeiam contra o Partido, o que, reflecte a importância que assume o projecto revolucionário consubstanciado no PRP, é também reflexo do agudizar das contradições do processo actual e da consequente radicalização da luta de classes. Sobre o resultado do Inquérito, o Plenário frisou a necessidade de um reforço da coesão ideológica, política e orgânica do Partido, na certeza de que a Conspiração só é realmente perigosa onde não existir a coesão ideológica e a disciplina orgânica revolucionária necessária. O Plenário ratificou as decisões da Direcção sobre o assunto com 288 votos a favor, 4 abstenções e um voto contra, tendo um dos abstencionistas declarado que assim votou por não ter podido acompanhar parte da discussão.
- 2 — É de salientar que os ataques desferidos contra o PRP visam as duas frentes que mais preocupam o inimigo: os meios de expressão ideológica revolucionária e tudo quanto possa ser supostamente encarado com ligação a questões de violência revolucionária. As medidas tomadas antes do 25 de Novembro e que constaram da separação orgânica do PRP e das Brigadas Revolucionárias são a explicação para o insucesso da investida neste terreno contra o Partido que, desde então, não prosseguiu senão no trabalho político de

massas normal em qualquer partido legal revolucionário.

- 3 — Este ataque e outros como o aparecimento dos mesmos boatos em locais bem definidos e as provocações baseadas em informação tratada revelam bem que por detrás das pessoas directamente intervenientes no ataque ao PRP está uma ou várias polícias políticas devidamente organizadas.
- 4 — O Plenário, consciente de que o objectivo visado pelo inimigo é a destruição do PRP e das formas mais avançadas de organização do proletariado, e analisando friamente a situação política actual e a sua evolução, considerou a impossibilidade dessa destruição, na medida em que, em condições bem mais favoráveis ao inimigo, o aparelho fascista de antes do 25 de Abril foi incapaz de o conseguir. Nesse sentido o Plenário tomou consciência da necessidade de acompanhar o evoluir da situação com as alterações tácticas e de formas de luta que se venham a exigir ou a proporcionar. Este partido já viveu na clandestinidade e encontrou formas de luta contra o inimigo, que abandonou quando o 25 de Abril permitiu a sua legalização. O avanço do inimigo para uma repressão que se aproxima de formas fascistas, aproximar-nos-á também das anteriores formas de luta. A clandestinidade tem duas faces tanto para nós como para o inimigo — perde-se a possibilidade de acção legal, ganha-se a possibilidade de intervenção e de defesa.

### SITUAÇÃO POLÍTICA E TÁCTICA

- 4 — Foram analisadas as razões históricas que levaram em Portugal à inexistência dum grande Partido Revolucionário do Proletariado. Destas razões históricas que decorrem das características do movimento operário em Portugal e da longa permanência do fascismo derivam

muitas das causas que levam à insuficiência de quadros políticos, necessários para organizar, e enquadrar e unificar revolucionariamente as lutas de massas e para aproveitar a situação objectiva destes dois anos e meio, extremamente favorável à vitória do proletariado. Foram também analisadas as consequências orgânicas do envolvimento do PRP na campanha para a candidatura de Otelio e nos GDUPs e comparado o nosso projecto Unitário, de organização para a Unidade Revolucionária e para o Confronto com a Burguesia, com o projecto de outras organizações que desse trabalho Unitário apenas esperam retirar o reforço do seu partido.

E foi ainda analisado que no processo de agudização das lutas de classes e de crise acelerada em que se vive há necessidade dum clarificação orgânica e é necessário fazer as rupturas que se imponham, deixando no caminho todos os indivíduos ou organizações que efectivamente não optam pela Revolução.

- 5 — Analisaram-se os vários dados que demonstram o avanço da direita dentro das FA e dentro do Poder Político-Militar em geral, que nas últimas semanas e particularmente quanto às Comemorações do 25 de Novembro atingiu um tom provocatório da parte dos líderes da direita no Poder, o que pressupõe que há uma corrida acelerada da direita para a efectivação dum golpe fascista. Mas, simultaneamente, observa-se uma reacção dos soldados nos quartéis contra a repressão e contra o avanço da Direita, que ultrapassa em muito aquilo que vem a lume nos meios de informação. E para além desta reacção generalizada nos quartéis existe actualmente um forte sentimento antifascista entre os oficiais, que atinge zonas e sectores que há um ano atrás combatiam a esquerda e que hoje reconhecem o perigo do fascismo. Esta corrente antifascista encontra a sua expressão nalguns dos oficiais do CR, vindos do Grupo dos «nove» e que hoje se vêem obrigados a enfrentar a extrema-direita. Estes novos dados levam-nos a concluir da necessidade e

viabilidade de uma larga frente antifascista, na qual o proletariado tem de encontrar formas de ter a hegemonia e conduzir o processo. Para que o proletariado possa conduzir o processo, é necessário que encontre formas de organização revolucionária para a Tomada do Poder, as quais têm de abarcar não só a classe operária das zonas mais avançadas, mas também as massas operárias mais desfavorecidas. Ter-se-á também que encontrar formas de organização para o campesinato pobre, aliado imprescindível do proletariado, bem como um programa revolucionário que, unificando estas forças, abra uma alternativa revolucionária viável ao Poder actual.

- 6 — A análise das lutas concretas dos trabalhadores e que atinge relevo especial nas zonas da Reforma Agrária, e em sectores Têxteis, Construção Civil, etc, e que se estendem do Minho à Madeira, e aos Açores, leva o PRP a salientar a necessidade de uma perspectiva política e orgânica revolucionária dessas lutas capaz de permitir às classes trabalhadoras a passagem da defensiva à ofensiva. Salientou o Plenário o significado do ataque à Reforma Agrária através do qual a reacção procura minar e penetrar zonas onde a esquerda tem forte implantação aproveitando-se para isso das falhas de organização e de perspectivas de que é responsável o reformismo.

### MUP

- 7 — A degenerescência do processo MUP e que culminaria no Congresso dos GDUPs, levou o PRP a não aceitar esse congresso como única forma de poder manter de pé a possibilidade dum alternativa. O vazio político e ideológico por que primou o Congresso dos GDUPs é a expressão do reformismo que a UDP e MES ali conseguiram fazer vingar, o que hoje claramente se manifesta no funcionamento partidário, burocrático, sectário e elitista da maioria das estruturas dos GDUPs.
- 8 — Muitos foram, no entanto, os GDUPs e até Comissões Con-



## dos trabalhadores

# A CRISE DA CONSTRUÇÃO CRISE OU ESPECULAÇÃO?

O sector da construção civil tem sido um sector onde as lutas dos trabalhadores, a confrontação de classes, tem tomado aspectos mais avançados. Estamos a lembrar-nos, por exemplo, da grandiosa manifestação de Novembro de 1975, das lutas ininterruptas que os operários da construção civil, quer nas suas empresas, quer colectivamente, têm travado pela conquista dos seus justos direitos.

Por outro lado, a burguesia através dos seus órgãos de informação (leia-se, manipulação), tem promovido uma campanha, em que se acusam os trabalhadores de provocarem a crise em que este sector se debate. O antigo ministro do trabalho, Tomás Rosa (actual director da RTP), chegou mesmo a afirmar, que não percebia como é que um sector em crise fazia greves. É caso para perguntar ao ex-ministro se não sabe distinguir o sector da construção civil dos trabalhadores da construção civil. Sim, porque nunca vimos sectores (em crise, ou não) fazerem greves. O que temos visto, e continuaremos a ver, são os trabalhadores a lutarem pelos seus direitos, pondo permanentemente em causa as estruturas capitalistas (com todas as suas contradições), quer no sector da construção, quer na sociedade em geral.

luxuosas, sejam os mesmos que habitam em bairros de lata — é a lógica do capitalismo!

## A CONSTRUÇÃO CIVIL AO SERVIÇO DA BURGUESIA

Todos sabemos como durante o fascismo esta «regra» capitalista se fez cumprir. Com a burguesia financeira e os seus aliados no poder, o direito à habitação foi sistematicamente recusado às classes trabalhadoras, obrigando estas a viverem em barracas, enquanto os J. Pimenta, Xavier de Lima e outros, se refestelavam nas suas vivendas! Eram as leis da selva que imperavam, ou aquilo que em linguagem «civilizada» se chama especulação. Expliquemos mais claramente com um exemplo concreto — o «J. Pimenta».

No final de 1974, antes da intervenção estatal, o «déficit» da empresa ascendia a mais de 600 mil contos.

o 25 de Abril não tivesse acontecido, a empresa continuaria a viver da mesma forma que anteriormente, até a situação se tornar insustentável. Isto só se compreende na medida em que a banca continuaria a financiar largamente os projectos «J. Pimenta» (como seria o caso do complexo de Taláide) e também seria financiado através dos contratos-promessa, que como já vimos atingiam muitos milhares de contos.

Deste exemplo do «J. Pimenta» há a extrair duas conclusões fundamentais:

1.º A situação de pura especulação no domínio da construção civil (e sobretudo da habitação); 2.º Como fruto dessa situação encontram-se elevados prejuízos, que se vão acumulando, dando origem a que à data do 25 de Abril muitas das empresas de construção civil se achem mais ou menos deficitárias.

É importante notar que a especulação no sector da habitação envolve dois níveis: o do terreno e o da renda. Assim, o terreno representava cerca de 25 por cento do valor da construção, o que revela, não só o alto grau de especulação, como o valor exorbitante que as rendas iriam atingir. Deste modo se justifica que 90 por cento da construção para habitação apenas fosse acessível a 6 a 10 por cento da população. Já não falamos de que 50 por cento dos compradores adquiriam habitação para rendimentos, quer dizer para tomar a vender ou a alugar. O que significa que apenas metade dos compradores de habitação, a destinavam para si próprios.

## A «CRISE» PÓS-25 DE ABRIL

O 25 de Abril vem encontrar grande número de empresas numa situação crítica. Por um lado, a especulação em que viviam dava margem a que mostrassem uma situação fictícia, que mais tarde ou mais cedo seria posta a nú, por outro lado com as mudanças político-sociais verificadas tornava-se evidente que alguma coisa iria mudar (nem que fosse para continuar tudo na mesma, como tentou Spinola). Daí que os capitalistas ou tenham lançado os trabalhadores no desemprego ou tenham abandonado as empresas como último recurso. Entretanto, com a nacionalização da banca e uma vez que esta controlava algumas empresas que passaram assim para o sector estatizado, e ainda com as intervenções estatais em outras, grande parte das principais empresas de construção civil passou para as mãos do Estado.

Com esta acção os trabalhadores tiveram pela primeira vez a possibilidade de participar activamente na vida da empresa. No entanto, cedo perderam as ilusões, à medida que iam sendo colocadas as comissões administrativas, que raramente tomavam as posições dos trabalhadores. E, então, sucede, não poucas vezes, elementos das comissões administrativas defenderem os interesses dos antigos



Levanta-se, portanto, a questão de saber, partindo do princípio que existe uma crise na construção civil, que «tipo» de crise é essa, quais as suas causas, e desde quando ela é visível. São estas questões que iremos abordar. A importância da indústria da construção civil é um dado fundamental de qualquer economia. Dela dependem ou estão de qualquer forma ligados, 24 sectores industriais e graves problemas sociais, como a habitação e o desemprego.

Já falámos em crise, e desde logo se põe o problema de como é que

pode existir crise neste sector quando é crescente a falta de habitação, e existem milhares de trabalhadores sem emprego? A resposta está ligada à contradição fundamental do sistema capitalista, isto é, à contradição entre explorados e exploradores. Aos capitalistas não interessa promover o justo direito à habitação, porque esta, em capitalismo, não passa de uma mercadoria, sujeita às leis da procura e da oferta, e, como tal, atingindo valores que os trabalhadores estão longe de poder alcançar. Daí, que aqueles que constroem as casas, algumas delas

Nessa mesma altura somava mais de 500 mil contos o total de antecipações fornecidas por clientes para compra de propriedades, as quais correspondiam a cerca de 2 mil fogos. Sobre essas construções recaiam cerca de 200 mil contos de hipotecas, o que impedia a realização das escrituras dos fogos já concluídos, dos quais ainda havia a receber 70 mil contos! Quer isto dizer que a empresa na altura do 25 de Abril já se encontrava praticamente na falência, se bem que na aparência se mostrasse noutra situação. Escusado será dizer que se



# ÇÃO CIVIL



patrões, sabotando aluta dos trabalhadores e provocando o desemprego.

A partir daí, e nomeadamente depois do 25 de Novembro, com o assalto ao poder pelas forças da direita e da extrema-direita, as tentativas de oposição a qualquer reestruturação do sector são cada vez mais nítidas. É sugestivo que durante o Verão deste ano, o ministro da Habitação se tenha queixado, que a banca não cumpris as directrizes dadas pelo ministro das Finanças, no que respeitava, por exemplo, ao projecto da Quinta do Mocho em Sacavém, que envolveria uma verba de 700 mil contos.

É um facto que muitas empresas se encontram em grave situação económica. Mas pergunta-se: porque razão continuam essas empresas a pagar fabulosos juros respeitantes a empréstimos contraídos pelas administrações antes da estatização? A quem interessará a não reestruturação do sector da construção civil?

## OS TRABALHADORES FACE À REESTRUTURAÇÃO

Em Agosto de 1975 os trabalhadores da construção civil apresentaram um plano de reestruturação ao VI Governo Provisório, o qual foi completamente ignorado. No princípio do ano de 1976 realizou-se um encontro de organizações de trabalhadores ligados à construção civil do qual saíram propostas de medidas imediatas para a indústria.

Isto demonstra que os trabalhadores, estão interessados plenamente na resolução dos problemas que afectam a construção civil. Mas essa resolução terá de passar necessariamente por uma perspectiva de classe, que coloca como primordial a definição da qual não se trata de fundo. Isto é, existirá uma justa solução para as graves distorções que o sector apresenta, no sentido da satisfação das necessidades fundamentais das classes trabalhadoras no quadro das relações de produção e

do próprio modo de produção capitalista?

É esta a questão da qual teremos de partir, sob pena de estarmos a mascarar a reestruturação de um sector governado em termos capitalistas por uma aliança de classes, na qual o proletariado desempenharia a missão de frete à burguesia.

Em determinado momento, com o controlo do aparelho de Estado por parte do P.C., é o projecto reformista de que pode existir socialismo sei 1100 o derrube do poder burguês, que é posto em prática com as consequências de todos nós conhecidas para o movimento operário português. Pode dizer-se que os erros se pagam caros, e a política reformista do P.-C. demonstra que na construção civil, como noutra qualquer sector, não há reestruturação que não passe pela definição dessa questão de fundo.

## QUE SAÍDA?

Um sector voltado essencialmente para a resolução dos problemas habitacionais dos trabalhadores é incompatível, não só com a especulação imobiliária e todas as «falcaturas» de que os capitalistas são especialistas, como também com as próprias «leis» capitalistas que possibilitam todos esses processos.

Desse modo se compreende que após o 25 de Novembro, se venha assistindo, ao regresso às empresas de patrões que as abandonaram em situação crítica, às tentativas de bloquear a intervenção e o controlo exercido pelos trabalhadores na contabilidade e administração das mesmas, a todo o género de manobras patronais que conduziram a formação de uma CAP da construção civil — a Associação Nacional dos Empreiteiros das Obras Públicas.

Tudo isto, não é mais, afinal, do que a prova de que as estruturas capitalistas se mantêm, quer queiramos

quer não, e que não é com um ou mais «safanões» que o edifício se deruba (por muito boas intenções que se tenha), mas sim «dinamitando» os próprios «caboucos».

Põe-se portanto a questão, que saída para o sector da construção civil.

Não vamos aqui abordar o aspecto político que nos parece já suficientemente exposto, mas somente (com base na análise do sector feita) levantar as questões, insistentemente debatidas pelos trabalhadores, sem cujas soluções será «anedótico» fazer a reestruturação da construção civil.

A um primeiro nível, está a política de solos, que terá de passar pela expropriação dos terrenos destinados à construção, pela redução drástica do valor dos solos, pondo fim à especulação imobiliária.

A um segundo nível, estão a satisfação das necessidades fundamentais das classes trabalhadoras, que terá de ser o sentido prioritário no qual se desenvolverá uma correcta reestruturação, dando especial importância, não só à construção de habitações dignas e restauração de outras, como também à construção de equipamento e infra-estruturas (mercados, creches, etc.) e de obras públicas sobretudo no meio rural (estradas, electrificação, etc).

A um terceiro nível, está a questão dos materiais de construção civil, que terão de obedecer a um critério que tenha em conta a construção de uma habitação social. Não mais os palácios, com tudo o que eles continham de luxuoso, e que representavam a ostentação dos patrões. Em termos práticos significaria a redução de variedade de um mesmo material, em troca da maior facilidade de comercialização e distribuição.

Poderíamos abordar muitas mais questões, mas as que apresentámos julgamos ser as principais. Evidente-

mente que o problema da construção civil nos remete quase sempre para o problema da habitação, e absurdo seria se dissociássemos um do outro. No entanto, útil se tornaria uma análise mais profunda da luta que os moradores (não nos esqueçamos que são simultaneamente trabalhadores) têm travado pelo direito à habitação. Daí, que num próximo número nos ocupemos exclusivamente do sector da habitação, que merece ser tratado à parte.

## E AGORA?

Como já vimos tem sido sempre sobre os trabalhadores que têm recaído as consequências da crise do capitalismo Primeiro, foram os salários de miséria, depois foi o desemprego, e agora quando os operários se levantam para lutar contra essa situação, são acusados de provocarem a «crise» do sector. Pretender mascarar a grave crise económica global, provocada por contradições insolúveis, influenciada pela própria crise do capitalismo mundial, e acusar os trabalhadores, quando eles exigem justos salários, é uma velha tática da burguesia. É, afinal, o papel desempenhado pela Associação Nacional dos Empreiteiros das Obras Públicas, organização ligada aos grandes patrões da CIP, e que tem usado de todos os meios postos ao seu dispor para caluniar e boicotar as propostas vindas dos trabalhadores. Por outro lado, o Governo social-democrata na sua fiel missão de lhes dar cobertura, vai fazendo promessas aos trabalhadores, enquanto na prática se revela ao lado dos patrões parasitas, promulgando leis nas costas dos operários. Perante isto os trabalhadores apenas têm uma resposta a dar: unirem-se em torno dos mesmos anseios, organizarem-se nas suas associações de classe, e, lutarem decididamente contra o sistema que os explora, até à vitória final.





e a actualidade nacional

# 25 DE NOVEMBRO

## A direita festeja

No dia 25 de Novembro a direita deste país comemorou em peso o seu golpe de há um ano. Para além dos discursos lidos nas várias regiões militares e nas regiões autónomas dos Açores e Madeira, o aparato que rodeou essa leitura e os próprios festejos em si mostram bem o contentamento destas forças pelas repercussões do seu golpe bem forjado nos gabinetes locais da reacção internacional.

Numa época em que a austeridade é apregoada como necessidade imperiosa, aqueles que a apregoam saíram para a rua com um arsenal bélico cujo dispêndio pagava muitos 13.º meses forçados a ser convertidos em títulos do Tesouro.

Mas, mais importante que isto, foi a prova de força que pretenderam dar mostrando o seu aparato militar que servirá para reprimir os trabalhadores, sempre que estes ponham em causa as estruturas do Poder existentes. Será isto a «garantia de cumprimento das leis e ordem democrática» de que fala Ramalho Eanes no seu discurso? Estas comemorações mais não são do que um dos aspectos da tentativa de reposição acelerada do esquema hierárquico e militarista que vigorava nos velhos tempos.

Armadas» rumo à «especialização dos seus efectivos», a promessa de retomar «progressivamente a hierarquia tradicional» e o elogio do «comando hierárquico» indiscutido, tendo em conta simultaneamente o avanço da direita nos quartéis.

Considere-se que Enes diz que «não nos pode faltar a esperança só porque os novos órgãos tardam a funcionar», e garante que «utilizará toda a sua capacidade de intervenção para responder a essa esperança».

Será que neste jogo interdireitista, as palavras que Veloso costumava dizer subiram pela hierarquia militar que tanto defende?

### NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Também na Assembleia da República como seria natural o 25 de Novembro não passou em branco.

No período de «antes da ordem do dia» o CDS apresentou um voto de congratulação pela data que então se comemorava e «pelos esforços para restituir à FA a sua coesão» e de saudação ao PR considerando-o «símbolo» do 25 de Abril e do 25 de Novembro.

Quer o PPD quer o PS subscreveram esta declaração.

O PCP absteve-se, tendo um dos seus deputados esclarecido na declaração de voto que o fazia por não poder aceitar as acusações do CDS, que envolviam o PCP no golpe e que «não são mais do que uma provocação reacçãoária». Por outro lado o PC associou-se de grado à «congratulação pelos esforços feitos para restituir a coesão às FA», e à saudação ao Presidente da República.

Que significa um partido que se diz dos trabalhadores abster-se de tomar posição sobre um acontecimento que, agora mais que nunca, se vê ter sido um golpe organizado pela direita contra todo o avanço popular que se estava a verificar?

Não é mais do que a tentativa de camuflar o desabamento da «maioria de esquerda» conciliando mais umavez com a viragem à direita do PS.

muitos pensavam de acordo com o povo e pretendiam seguir a sua vontade».

Como sabemos quem são os «verdadeiros portugueses» e a «vontade do povo» do sr. brigadeiro, estas palavras são reveladoras de como, e para quê, é que Hugo dos Santos e os da sua cor se serviram dos nove e da sua posição.

Para além disso, nada de realce; o habitual discurso direitista próprio das cerimónias solenes.

### ...EANES CUMPRE

Compare-se as ideias expressas por Spínola no livro que disse ter escrito «Portugal e o Futuro» com esta tirada de Eanes: «sofremos ainda as sequelas do envolvimento numa guerra sem sentido, para a qual um regime incapaz de encontrar uma solução política impunha uma solução militar inviável. Não nos envergonha esse passado. Paralelamente à acção militar, as Forças Armadas conduziram acções de promoção humana e de valorização do território».

Note-se o anúncio do «progressivo pagamento da intervenção das Forças

### QUEM CONVOCA QUEM ADERE

As cerimónias de comemoração do 25 de Novembro nas várias regiões militares contaram com o «apoio militante» do PS, PPD, CDS, PPM e PCP (m-l), todos eles partidos muito «democráticos» e que de certeza defendem a peito os «anseios do povo trabalhador».

Mas, para além destes partidos, que já nos habituámos a ver em «faenas» deste estilo, no Porto as cerimónias revestiram-se de muito mais «interesse» com um programa organizado em conjunto pelas autoridades militares e por uma comissão civil que certamente não era alheia aos partidos já citados.

Em quem aderiu aos festejos? A Câmara Municipal do Porto (a tal do Cal Brandão que queria desocupar as casas ocupadas por moradores pobres) e MOTA FREITAS o bombista já «em liberdade e segurança».

Esteve assim no Porto representada toda a elite que vai desde «socialistas» a bombistas.

### DISCURSOS

#### MUITOS PROMETEM...

No Porto Pires Veloso, preencheu o tempo de que dispunha pintando de negro os desanove meses que precederam o 25 de Novembro de 1975 e enaltecendo o paraíso em que vivemos desde essa data. Paraíso esse que é posto em causa apenas por «ambiciosos, preguiçosos e ignorantes».

De resto não propagandeou nenhuma das suas receitas para acabar com o que ainda há de 25 de Abril neste país, lembrando apenas que «há órgãos próprios de soberania que têm obrigação de prestar a melhor atenção a estes problemas».

Hugo dos Santos, em Coimbra, fez uma referência ao «Documento dos Nove»: este documento «fez reaparecer a esperança nos verdadeiros portugueses, revelando que dentro do aparelho militar, e a diferentes níveis, inclusive nos organismos de decisão,

### NOTAS BREVES

#### KAUZA DE ARRIAGA AINDA NÃO SE REFORMOU

Kaulza de Arriaga, velho general colonialista e racista conhecido pelas suas posições ultra-direitistas durante os regimes salazarista e caetanista, vem dizer publicamente que mantém o seu projecto para a sociedade portuguesa pelo que irá criar brevemente o Movimento Independente para a Reconstrução Nacional (MIRN). Kaulza considera também que na actual situação política é clara a necessidade de criar o MIRN. Não duvidamos que a criação de tal movimento seja clara para a direita fascista, mas também não duvidamos de que os trabalhadores portugueses que tiveram quase 50 anos de experiência do projecto que agora Kaulza nos apresenta lhe saberão dar a resposta adequada.

#### MANOBRAS DA NATO EM PORTUGAL

Esteve de novo em Portugal mais uma força da NATO para realizar manobras, primeiro em Leixões e a partir do dia 3 de Dezembro em Lisboa. Naturalmente que os responsáveis por estas manobras as consideram como sendo de rotina e não tendo absolutamente nenhuma ligação com a situação político-militar que o país atravessa. No entanto os trabalhadores portugueses lembram-se das sucessivas «coincidências» deste tipo de operações com as situações de agudização da luta de classes em Portugal: o período de Janeiro — Fevereiro de 1975 e as grandes movimentações operárias que então se verificavam; o verão quente de 75; e o período eleitoral de 1976 e não têm qualquer hesitação em considerar estas manobras militares como mais uma provocação e intimidação por parte do imperialismo às suas lutas diárias contra o capitalismo opressor.

#### MÁRIO SOARES —VICE-PRESIDENTE DA INTERNACIONAL SOCIALISTA

Mário Soares deslocou-se acompanhado por uma delegação do PS, da qual faziam parte Salgado Zenha, Tito de Morais e Rui Mateus, a Ginebra, onde foi participar no 13.º Congresso da Internacional Socialista e na qual entrevistaram também Olof Palme, Bruno Kreisky, Willy Brandt (eleito Presidente) François Mitterrand e demais caixeiros-viajantes da social-democracia.

Como era esperado Soares foi eleito Vice-Presidente daquela organização, sendo assim bem compensado quer pelos seus esforços para subtrair Portugal ao «anarco-populismo» e às «perversões totalitárias» que abalam o país depois do 25 de Abril, quer pela sua vasta rede de relações internacionais que não podemos deixar verdadeiramente «pluralistas».

E assim é, que Soares recebeu o primeiro-ministro do Governo neo-fascista espanhol — Suarez com o qual afirma haver «uma ampla zona de entendimento», tendo ambos acordado em «promover eficazmente a cooperação bilateral em diversos sectores».

Também a próxima visita de Soares ao Brasil, bastião do imperialismo norte-americano na América do Sul onde se encontrará com Geisel, chefe de um regime terrorista que sobrevive pelo assassinio diário de trabalhadores e revolucionários, e a sua visita posterior a Israel, foco da agressão imperialista no Médio Oriente, se inserem na mesma linha.

Enfim pluralismo é pluralismo...





# LOBATA

## um ponto quente da Reforma Agrária

Devido à situação que se vive no Alentejo nestes últimos dias, e ao avanço que aí se verifica das forças reacţionárias o «REVOLUÇÃO» decidiu pisar terras Alentejanas para ter um contacto mais directo com os problemas que neste momento se lá passam, fazendo uma visita em especial à Lobata, cenário de repressão e comprovação daquilo que nós até hoje temos dito do governo anti-socialista de Soares.

### REPRESSÃO NO ALENTEJO

Quando chegámos perto de Beja começámos a cruzar-nos com camions da GNR transportadores de cavalos e respectivos cavaleiros em número elevado, para não falarmos de algumas ambulâncias lisboetas que vimos em Beja, (talvez pura coincidência) mas que não conseguimos apurar o porquê da sua presença.

Chegados às redondezas da Unidade Colectiva de Produção «Margem Esquerda» deparámo-nos com uma série de carros patrulha da GNR, situados em locais onde se avistava perfeitamente a entrada de todo o pessoal que se metia pelos acessos à LOBATA. Finalmente chegámos às terras do Farrobo, que são vizinhas da Lobata, onde encontramos cerca de mil trabalhadores concentrados, da cooperativa Margem Esquerda.

Aí podemos falar com alguns desses trabalhadores que se acercaram.

Uma trabalhadora da Margem Esquerda começou imediatamente por nos dizer que estavam bastante exaltados com os órgãos de comunicação social, pois embora lá tivesse aparecido nem a RTP nem a RDP tinham difundido a sua luta e que ultimamente só difundiam o que as forças reacţionárias do governo costumam avapaguear ou seja que isto dá a televisão e similares estava como no tempo do fascismo. Imediatamente outro trabalhador nos contou que o Jornal Novo tinha dito que se encontrava ali para defender os trabalhadores, mas que quando no dia seguinte foram a ler a notícia, tudo o que leram era exactamente o contrário daquilo que eles tinham dito.

### O PALMA CANO SÓ QUERIA AS TERRAS PARA COUTADA

Entretanto perguntámos a outra trabalhadora quantos camaradas laboravam na Lobata e porque altura esta tinha sido ocupada.

T — Trabalhavam 35 trabalhadores e a herdade foi ocupada a 3 Setembro fez agora um ano.

R — Que circunstâncias levaram à ocupação da herdade?

T — O Palma Cano só queria a propriedade como coutada de caça, para vir para cá com os seus amigos de Lisboa, e então um dia chamou-nos e disse-nos que não tinha dinheiro para nos pagar e que fizesse-mos o que quiséssemos pelo que nos ficou a dever duas semanas. Logo de seguida, nós fomos falar com o sindicato, e o sindicato mandou ocupar isto.

Mais adiante o trabalhador da C.T. da Lobata continuou: ... Mas depois de termos falado com o sindicato, ele veio ter com a gente e perguntou-nos se não íamos falar com o IRA para o deixarmos trabalhar connosco.

Depois ele até se voltou para o Custódio e perguntou como é que a gente queria que ele se governasse com 27 contos que tinha em casa?

Que 27 contos eram 27 dias para ele, ao que o Custódio lhe respondeu perguntando como é que ele queria que ele se governasse com 180 escudos por dia. Pois se ele gasta um conto de reis por dia, trabalhando em conjunto connosco que ganhamos 180 escudos como é que é? O que ele queria era meter ali as vendas com a gente para nos pisar tal como estava pisando!

R — Então como é que vocês saíram da Lobata?

T — A GNR chamou a gente da C.T. da Lobata para o pé do agrário e depois o comandante da GNR disse à comissão de trabalhadores que a herdade já estava entregue ao patronato, e depois o comandante disse à gente que nós tínhamos um quarto de hora para sair, e nós não quisemos sair e demorámos 25 minutos.

Então ele ameaçou-nos com o tribunal de justiça, disse que tínhamos de responder perante o tribunal de justiça. Depois a gente para não desobedecer à GNR viemos embora onde um tenente nos veio trazer até ao molo da herdade sempre a empurrar a gente, o que foi um quadro bastante triste; vieram-nos sempre a empurrar pela

não podem entrar ali.

Está-se mesmo a ver que a GNR não está para o nosso lado, está para o lado do agrário, está a defender as costas do agrário. Quando uma vez se disparou dois tiros ao Palma Cano por ele querer entrar na propriedade sem mais nem menos a GNR veio logo acudi-lo. Se fosse um agrário que nesta altura disparasse dois tiros contra os trabalhadores íamos logo responder, pois a GNR quando é para nós nunca dá cavaco.

### PALMA CANO QUERIA SER A CATARINA EUFÉMIA DOS LATIFUNDIÁRIOS

R — É verdade que o Palma Cano disse não se importar de ser a Catarina Eufémia dos latifundiários, como se isso alguma vez fosse possível?

T — Sim, é verdade que ele disse isso, só que enquanto ele nunca fez nada mais senão explorar os trabalhadores, a Catarina foi uma trabalhadora que com o seu suor trabalhava para alimentar os filhos, e, nem isso a deixaram fazer, e a nós está-se mesmo a ver que é o que eles querem fazer-nos.

R — Como é que se encontrava a Lobata quando fizeram a ocupação?

T — Estava quase brava. Esses barrancos aí estavam todos por limpar.

R — Quais os produtos que entretanto conseguiram cultivar?



força como se a gente fosse um animal qualquer!

— Outra camarada agrária interviu:

T — Nós também não quisemos sair da Lobata porque o agrário trazia um igual a ele ali dentro do carro. Ele tem trazido todos os agrários iguais a ele para dentro da herdade. E a guarda só o que não quer é ali os trabalhadores, mas os agrários sejam os bandidos que forem podem entrar ali para dentro da herdade e os trabalhadores que querem trabalhar a terra

T — Muitas terras já se semearam com trigo, grão, cevada, e o que já semeávamos dantes.

R — O que é que conseguiram recolher?

T — A gente ali no celeiro devemos ter 500.000 kg de cevada, e os trabalhadores tinham aqui metade do montado com gramíça, na qual o Palma Cano ainda há dois dias que entrou aqui na herdade e já lá meteu os porcos para não ter trabalho com a sua guarda. Já lhe tínhamos aumen-

tado o rebanho e agora aumentámos novamente, pois já são 74 embora tenham morrido duas. Tem além 244 leitões que devem pesar perto de 30 kg cada um que deveriam até já ter saído mas por causa disto ainda não saíram. Se a GNR pensar bem neste momento nem os deixa sair porque os leitões são dos trabalhadores (entretanto o Revolução foi informado de que estes leitões já foram vendidos a uma pessoa que por sua vez já os vendeu a outra, isto tudo a cobera da GNR).

Temos ali um celeiro com duzentos e tal sacos de grão que dá para aí uns dez mil e tal kg de grão de bico. E também tínhamos já uma série de adubos preparados para começarmos a trabalhar.

Comprámos uma ceifeira que custou à Unidade à volta dos 760 contos, porque ele tinha ali duas mas apañhou-as e fechou-as lá em Serpa. Depois foi ao IRA e deu-lhes autorização para vender uma por 400 contos.

Os trabalhadores deixaram os celeiros todos fechados e ele já arrombou as portas com a força da GNR. Foi por isto que os trabalhadores tiveram de sair da herdade para ele andar a fazer o que quiz com a GNR. Depois olhou para o porquinho e ofereceu-lhe 10 contos para ele lá ficar a trabalhar mas o porquinho não ficou e está aqui no nosso conjunto.

### QUANDO UM HELICÓPTERO APARECEU A GNR DESATOU LOGO A ESCONDER-SE DEBAIXO DO ARVOREDO

R — Então a GNR tem andado a passear-se aí a cavalo?

T — Sim. Têm andado para aí perto de 200, e até já tiraram a espada para vir contra a gente. Só faltou foi desatarem a dar ao dedo, pois até meteram as munições na câmara e apontaram as armas ao pessoal. Ainda à bocado tiveram de se ir embora, pois apareceu aí um helicóptero a fazer filmagens e eles tiveram de se esconder debaixo das árvores.

Já ontem tinha aparecido uma avioneta e eles também se esconderam debaixo dos chaparros.

Entretanto o governo que se diz socialista e jura a pés juntos defender os trabalhadores e a Constituição, faz uma política anti-reforma agrária, entregando de novo as terras aos latifundiários.

De salientar que para além de sentir todos os atropelos já feitos, deixa o agrário vender os produtos que os trabalhadores com o seu suor conseguiram armazenar.

Perante toda esta série de atropelos, só resta aos trabalhadores organizarem-se de maneira a resistir contra a repressão capitalista que neste momento ataca em todas as frentes Alentejanas, tendo como principal alvo uma das mais preciosas conquistas do 25 de Abril.

Todas as manobras feitas nas costas dos trabalhadores e em gabinetes têm de ser desmascaradas. Só uma organização autónoma e revolucionária dos trabalhadores alentejanos que consiga ligar a sua luta à luta de todos os explorados deste país de Norte a Sul, os poderá defender dos ataques dos latifundiários e levar em frente a Reforma Agrária.



dos trabalhadores

COMUNICADO

Partido Revolucionário do Proletariado

Continuação da pag. 5

celhas e Distritais que não aceitaram como válido e democrático o Congresso da Amadora, sendo importante referir que nestes casos, ao contrário do que acontece nos GDUPs partidariamente controlados pela UDP, trabalho unitário tem prosseguido com avanços. Estes avanços comprovam a necessidade da reposição do projecto dum MUP revolucionário capaz de preencher a necessidade de uma forte organização revolucionária de massas com autonomia própria, onde efectivamente se pratique a democracia interna, e que seja dotado dum clara definição política e ideológica que evite desvios reformistas na aplicação do programa.

9 — Na participação dos GDUPs nas eleições para as autarquias locais não deixarão de se reflectir a orientação reformista da actual Comissão Nacional e o controlo partidário exercido pela UDP/PCP (R) como não pode também deixar de espelhar o facto de diminutos GDUPs se manterem fiéis ao projecto revolucionário. Nessa medida o PRP não pode, sob pena de traír as classes trabalhadoras dar qualquer tipo de apoio àquelas listas que a coberto do uso exaustivo e abusivo do justo prestígio de OTELO, não passam de listas partidárias impostas por processos antidemocráticos e contra-revolucionários e portadores de métodos e programa claramente reformistas. O PRP apoiará sim, as listas dos GDUPs que em métodos e programa se mantenham na linha das bases programáticas da Campanha eleitoral de Oteló.

11 — O PRP reafirma a necessidade de aprofundar e desenvolver o processo unitário consubstanciado num MUP Revolucionário quer a partir dos GDUPs onde tal trabalho é possível e desejado, quer criando-se novos GDUPs na mesma perspectiva revolucionária. A viabilidade deste projecto que assenta na clarificação da situação política e na radicalização da luta de classes, exige uma maior ligação às lutas concretas dos trabalhadores dentro dum perspectiva estratégica da Tomada do Poder pelas classes trabalhadoras, um aprofundamento do debate ideológico e o empenhamento militante que a disciplina revolucionária impõe.

12 — A perspectiva da criação

dum MUP revolucionário não pode deixar de considerar a necessidade da conjugação orgânica e política das 4 componentes julgadas fundamentais para um processo insurreccional vitorioso. Essas componentes (partidos revolucionários, GDUPs, Organizações Populares de Base e Militares Revolucionários) não são invenção subjectiva do PRP, são a realidade que é preciso transformar revolucionariamente, para o que é necessário desenvolver o trabalho nomeadamente no que toca às organizações Populares de Base, já que sem a sua transformação política e a sua coordenação não será possível a conquista do Poder pelas classes trabalhadoras.

MEDIDAS

13 — Para além das iniciativas já apontadas, o Plenário aprovou todas as medidas propostas no sentido de dar resposta aos problemas políticos e orgânicos que a situação política exige, e das quais se destacam, para além da reestruturação interna do Partido, a discussão aberta em reuniões alargadas a militantes da classe não filiados no PRP e em debates públicos da tática global proposta pelo Partido. Estas reuniões e debates deverão contribuir ainda para um aprofundamento das táticas locais e sectoriais, ponto de partida para uma rápida definição de um programa de lutas revolucionárias para o que se procederão igualmente em encontros sectoriais alargados, quer a nível regional, quer a nível nacional. Todo o Partido se deverá voltar para as lutas concretas no sentido do seu desenvolvimento, da unificação e organização dos trabalhadores. Finalmente, o Plenário aprovou por unanimidade uma data definitiva para a realização do III Congresso do PRP. Assim, este Congresso terá lugar no mês de Março de 1977, quaisquer que sejam os condicionais políticos da altura, e de acordo com estes. Este comunicado foi aprovado por todos os responsáveis presentes no Plenário com apenas uma abstenção e nenhum voto contra.

Marinha Grande, 5 de Dezembro de 1976

Pe'l'O Plenário de Responsáveis do PRP

CONTRATAÇÃO A PRAZO

O Governo continua do alto do seu pedestal, a sair com decretos-lei, tentando com uns remendar buracos e com outros limitar cada vez mais o terreno ganho pelas conquistas populares, fazendo a vontade dos patrões, empreiteiros e grandes rurais. Desta feita, saiu um decreto-lei o 781/76 que regula...o trabalho a prazo.

Quer isto dizer que fica decretado que qualquer trabalhador que se encontre na situação de desempregado, já sabe que os patrões podem ter a «liberdade em Segurança» de o contratarem por cinco meses e a seguir dar o contrato por terminado sem ter que o indemnizar, livres de qualquer encargo ou responsabilidade.

Depois outro e outro trabalhador se lhe seguirá com a produção assegurada, sem «problemas».

Reza assim o tal decreto:

Artigo 1.º — 1 — É permitida a celebração de contratos de trabalho a prazo, desde que este seja certo;

2 — Poderão celebrar-se contratos por prazos inferiores a 6 meses quando se verifique a natureza transitória do trabalho a prestar designadamente quando se trate de um serviço determinado ou de uma obra concretamente definida.

Artigo 2.º — 1 — O contrato caduca no termo do prazo acordado desde que a entidade patronal comunique aos trabalhadores até oito dias antes de o prazo expirar, por forma escrita, a vontade de não o renovar.

2 — A caducidade do contrato, nos termos do número anterior, não confere direito a qualquer indemnização.

Artigo 3.º — O contrato de trabalho a prazo apenas poderá ser sucessivamente renovado até ao máximo de três anos (...).

Portanto, e até três-anos, qualquer trabalhador pode estar sob este regime, com a agravante de se a entidade patronal lhe for renovando os contratos durante dois anos e 11 meses e

a seguir resolver não o renovar, o trabalhador é despedido, ao fim de quase três anos de casa e continua sem qualquer indemnização ou regalia. Mas o «nosso» governo dito socialista, pluralista e independente não se fica por aqui. Vejamos:

Artigo 5.º — «Durante os primeiros quinze dias de vigência do contrato, e salvo se o contrário resultar de acordo escrito, qualquer das partes pode denunciar o contrato, sem aviso prévio nem alegação de justa causa, não havendo direito a qualquer indemnização». Sendo assim, o trabalhador «contratado a prazo» também é obrigado a ter tempo de experiência... como qualquer outro; tem as mesmas obrigações mas não tem os mesmos direitos.

Foi para poder por a vigor decretos-lei como este e outros, que o poder burguês criou o enorme mercado de desempregados actualmente existente. Os patrões sabem que a fome e a miséria contam por vezes mais que as formas injustas e traiçoeiras como são feitas as admissões para qualquer serviço; um trabalhador que esteja desempregado prefere trabalhar só dois meses que seja, mesmo duplamente explorado, do que continuar a não ver entrar dinheiro nenhum em casa. Mas há que dizer que não a estas formas gritando exploração, há que, com a nossa unidade e organização fazer ver que a burguesia não pode continuar a aproveitar-se escandalosamente dos nossos companheiros desempregados. Não a mais este decreto-lei traiçoeiro e ao serviço dos patrões.

Lutas dos Trabalhadores

LUSOVESTE

Foram suspensas seis trabalhadoras da Lusoveste, por estarem a entoar canções revolucionárias. Aproveitando esta ocasião, a entidade patronal, fez retirar algumas máquinas e toda a matéria-prima da Fábrica.

OLIVA (I T T)

Os trabalhadores da Oliva (I T T) decidiram, em Assembleia Geral de Trabalhadores, instituir o controlo de gestão na empresa. No decorrer da Assembleia aprovaram também uma moção onde se responsabiliza a ITT por restabelecer o equilíbrio económico-financeiro da empresa, onde se exigia do Governo uma posição firme e rápida sobre as negociações com a ITT, considerando que actualmente já não eram dadas quaisquer garantias de pagamento de salários nos dias devidos bem como de financiamentos necessários à aquisição de matérias primas. A moção aprovada foi enviada ao Governo

Brevemente, os trabalhadores irão convocar uma concentração como primeira forma de luta a adoptar.

SINDICATO DOS PORTEIROS

A lista A deste sindicato, concorre às eleições que se vão realizar no dia 15 de Dezembro Neste sentido já divulgou as bases em que assentará a sua 7ctividade sindical. Assim os seus principais objectivos são: Lutar por uma só Central Sindical Democrática Apartidária e Revolucionária Lutar contra o desemprego e o aumento do custo de vida e contra os despedimentos E ainda fazer com que os sindicatos se assumam como verdadeiros órgãos de União de todos os Trabalhadores contra o Patronato

REFORMADOS DE TORTOZENDO

Um grupo de reformados de Tortozendo associou-se, no sentido de lutar contra o desprezo a que têm sido votados pelos sucessivos Governos e por um subsídio equivalente ao salário mínimo nacional. Aderiram a esta iniciativa os sindicatos dos trabalhadores de lanifícios e Tortozendos Metalúrgicos da Covilhã, Trabalhadores da Marinha Grande, de Gouveia e Unhais da Serra.



# Trabalhadores em luta pelo CCT

Por todo o País e em todos os sectores os trabalhadores lutam pelo direito ao trabalho e à sobrevivência.

A luta pelo Contrato Colectivo de Trabalho é uma batalha a ganhar a curto prazo.

O boicote e a recusa de negociações ou o não cumprimento dos C. C. T. já estabelecidos é para os patrões a prova da sua força, da sua determinação em não ceder às reivindicações dos operários.

O papel de conciliação é para o Governo um exame. Um exame que passa necessariamente pela mentira e pelas falsas promessas e que o afasta cada vez mais dos trabalhadores.

Para o Governo esta fase não é mais que a tentativa de um Governo democrático burguês se consolidar num País onde a democracia burguesa é impossível, num País cujas condições económicas a sufocam à nascença.

É nesta situação que se desenrolam as actuais lutas reivindicativas. Este será mais um avaliar das forças em confronto. Aqui se verá mais uma vez com quem está e que interesses defende o actual Governo P. S.

ra dia 26 no Ministério do Trabalho, o se. ministro decide criar uma comissão técnica que «no mais curto espaço de tempo» publique uma portaria que regulamente as relações de trabalho no sector têxtil.

No derradeiro momento, quando os trabalhadores tinham decidido radicalizar as suas formas de luta (e elas já tinham alcançado as 4 horas de paralisação a 50 por cento a nível nacional, no dia anterior) o ministro aparece com a fórmula mágica de resolver o problema, de evitar o agravamento do conflito, enfim de conciliar aquilo que os trabalhadores iam cada vez ficando mais seguros que era inconciliável.

Será que esta é a solução para satisfazer as reivindicações dos trabalhadores têxteis?

O passado recente de outros sectores de trabalho (panificação por exemplo) servirá, talvez, para mostrar que se chegou a uma interrupção da luta e não ao seu fim.

Até porque o dia a dia do sector mostra aos trabalhadores que enquanto esperam pela prometida portaria aumenta cada vez mais o número de desempregados que mais justamente se podem chamar de saneados. Um exemplo disso é o despedimento dos delegados sindicais da Manuel Lopes Henriques. As manifestações de solidariedade para com estes trabalhadores continuam, tendo-se realizado na passada quinta-feira uma nova paralisação de trabalho que durou uma hora.

## RODOVIÁRIOS

### Patrões boicotam contrato colectivo

Desde Julho, data em que findou o anterior CCT, que os trabalhadores rodoviários lutam pela publicação de um novo contrato colectivo.

As negociações que então começaram tem-se vindo a arrastar — os patrões das empresas privadas recusam-se a qualquer negociação enquanto que o Estado (ao qual pertence a Rodoviária Nacional) apresentou uma contra-proposta à proposta dos trabalhadores. Esta contra-proposta que o Secretário de Estado do Trabalho tinha declarado ser extensiva a todos os rodoviários foi considerada por estes como uma provocação. Com efeito e apesar dos aumentos na ordem dos 75 por cento que sofreram os transportes públicos desde há um ano a proposta preconizava um aumento de salário de 8 por cento.

Os representantes dos sindicatos após esta proposta tentaram e conseguiram reiniciar as negociações. reiniciar as negociações, vêem-se cada vez mais impotentes em encontrar uma solução não muito radical para o problema tal é a crescente indignação dos rodoviários que continuam a ver os seus problemas por resolver.

Entretanto na passada terça-feira e tal como antes havia prometido, a Rodoviária Nacional apresentou uma segunda proposta que foi recusada pelo Sindicato pois, segundo este, pretendem retirar regalias anteriormente conquistadas pelos trabalhadores e preconiza um aumento salarial que não chega para acompanhar o aumento do custo de vida.

Depois desta recusa da proposta do Estado o Sindicato de Setúbal iniciou uma discussão com os sindicatos das outras regiões para procurar encontrar as formas de luta que os trabalhadores irão adoptar. Para estes uma coisa está decidida, não fazer pagar a crise do sector e a teimosia dos patrões aos outros trabalhadores. Por isso uma forma de luta dada como possível mesmo antes da última proposta da R. N. é a da utilização gratuita dos transportes públicos.



## PANIFICAÇÃO

### O ministro do Trabalho não cumpre a promessa

Depois de um longo período de negociações falhadas com o patronato, depois das promessas do ministro do Trabalho de que publicaria uma portaria para regulamentar a situação dos trabalhadores da panificação, o que nunca veio a acontecer, os trabalhadores entraram em greve nos primeiros dias do passado mês de Outubro. Greve essa que se prolongou até ao dia 15, data em que o ministro promete frente às câmaras da televisão que a portaria seria publicada no prazo de oito dias.

Passou-se um mês e a portaria não saiu. Hoje os trabalhadores pensam recomeçar de novo a luta.

Foram traídos pelo representante do Governo «Socialista» mas isso apenas lhes veio confirmar que só eles mesmos poderão resolver os seus problemas.

Os trabalhadores deram um prazo ao Governo, até ao fim do mês de No-

vembro para a publicação da regulamentação.

A única resposta que obtiveram foi do Ministério do Comércio Interno que os informou que a portaria só sairia em Janeiro. Em plenário na Federação dos Trabalhadores da Panificação os trabalhadores decidiram realizar assembleias distritais entre o dia 12 e 14 e não iniciar desde já novas formas de luta.

## TÊXTEIS

### O ministro do Trabalho promete

A luta desencadeada pelos trabalhadores do sector têxtil, para publicação do contrato colectivo de trabalho parece ter atingido o fim. Pelo menos o sr. ministro do trabalho assim o faz pensar. Com efeito, depois dos trabalhadores terem decidido acabar com as tentativas de acordo com as entidades patronais, que sucessivamente faltavam às reuniões, o ministro consegue convencer a comissão negociadora do CCT a tentar um novo e decisivo encontro com os patrões. Neste rancontro que teve lugar na sexta-fei-



Será que esta é a solução para satisfazer as reivindicações dos trabalhadores têxteis



# Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuidora: Editorial 18 de Janeiro, Lisboa

## Trabalhadores em luta contra a recuperação capitalista

No sábado dia 27 realizaram-se em todo o País várias manifestações contra as medidas «umt-constitucionais e antipopulares» do Governo.

### LISBOA

No Estádio 1.º de Maio milhares de trabalhadores concentraram-se para exigir o fim dos despedimentos, dos ataques à Reforma Agrária, dos boicotes à contratação colectiva e pela defesa da Constituição. Esta concentração convocada por dezenas de organizações sindicais pelas comissões de trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa e apoiada pela Intersindical caracterizou-se a par da sua composição, indiscutivelmente proletária, por intervenções recuadas em que os oradores não propuseram qualquer alternativa para a situação em que se vive.

Isso originaria uma desmobilização que se verificou logo desde o início e que se traduziu num desinteresse da quase totalidade dos trabalhadores presentes pelos discursos proferidos.

Assim enquanto vemos que largas camadas de trabalhadores se encontram alertados com o avanço da direita, ao nível do Poder, assistimos à tentativa de utilização desse descontentamento por parte dos reformistas no sentido de conseguirem mais uns trunfos para obrigarem os sociais-democratas a sentarem-se com eles à mesa da conciliação.

Os revolucionários devem lutar para que este descontentamento se torne cada vez mais em força organizada.

### PORTO

Com palavras de ordem pela saída e cumprimento dos CCT, contra os despedimentos, contra os ataques às organizações sindicais e pela defesa e unidade do movimento sindical e contando com o apoio de 30 sindicatos realizou-se uma concentração de trabalhadores no Palácio de Cristal no sábado dia 27.



A participação dos trabalhadores foi considerável, mas não foi correspondida nas intervenções havidas por parte dos dirigentes sindicais que se ficaram pela crítica às organizações patronais e fascistas CIP, CAP e Confederação do Comércio e pelas críticas mais ou menos veladas à actuação do Governo no que respeita às suas medidas antiope-rárias.

Apesar de tudo isto e acima dos discursos monócórdicos ficou evidente que da concentração de trabalhadores não saiu a alternativa que deles esperavam para a resolução dos seus interes-

ses de classe.

Continua pois de pé a construção duma alternativa revolucionária que após o Congresso dos GDUPs permanece aberta.

E pois tarefa imediata dos revolucionários a reposição em prática do objectivo inicial que levou 800 000 trabalhadores a optar pela alternativa levantada aquando da candidatura de Oteló.

### COIMBRA

Foi convocada uma concentração pela União dos Sindicatos de Coimbra para a tarde de dia 27 no Pavilhão dos Olivais, concentração essa que teve o apoio da Academia que se encontra em greve desde o dia 26 contra a política reacção-ária de Cardia.

Houve grande participação quer de trabalhadores quer de estudantes e sobressaiu mais uma vez a palavra de ordem que traduz, o crescente movimento unitário

## EDITORIAL

Desenvolve-se no Alentejo a grande frente da luta de classes, onde tudo é claro: dum lado está o proletariado que acabava de sair da sua condição de classe, libertando-se da exploração, do outro estão os donos da terra, feridos no mais íntimo dos seus privilégios. Lobata, Margem Sul, Unidade Oteló Saraiva de Carvalho... estes são alguns nomes de lugares das batalhas. Mas centenas de outros estão programados. A guerra no Alentejo começou.

Esta Reforma Agrária, que não foi uma revolução agrária, nasceu enguiçada. Porque nem tudo foi claro. Porque se enquadrou numa situação política ambígua. Porque faz uma ilha de socialismo num país em capitalismo. Porque tem muito a ver com o reformismo, capaz de trair sempre, em cada momento difícil.

É por isso que as terras a reocupar são negociadas em Lisboa, iludindo-se os trabalhadores com a possibilidade de novas ocupações, que nunca se vêm a realizar.

E o sentido do actual poder transparece nesses actos que se passam no Alentejo. O poder está claramente do lado da burguesia, está contra os trabalhadores. Por isso programa a reocupação das terras. Por isso António barreto vai lá fazer um discurso enraivecida-mente anticomunista. Por isso a G.N.R. é a força protectora dos latifundiários. Este é o poder político-militar que temos, este é o Governo social-traidor que os trabalhadores têm pela frente. E no entanto ele ainda não serve a Sá Carneiro e a Freitas do Amaral...

Mas este poder que no Alentejo quer varrer a revolução é o mesmo que no Porto coloca Mota Freitas na tribuna de honra. É o mesmo, arrogante e provocatório. É o mesmo cujas ramificações vão colocar bombas nas linhas de comboio. É o mesmo que manobra e infiltra para destruir o P.R.P.

E a arrogância de Pires Veloso, as bombas nas linhas de comboio, a informação concertada dos jornais sociais-democratas e de direita, a incidência sobre o Alentejo, fazem-nos pensar que o inimigo prepara um salto de tigre.

E quem espera o inimigo, nesta selva? Não de certo o reformismo, capaz de vender a mãe para se manter próximo do Poder ou simplesmente legal. Não os novos reformismos que nasceram no impasse da esquerda revolucionária.

Mas esperam o inimigo aqueles que não tem nada a perder. Os trabalhadores do Alentejo. Os milhares de trabalhadores dos tóxeiros do Norte do País. Os reideiros que deixaram de pagar a renda. E esperam o inimigo os revolucionários que realmente escolheram pelo combate total, os que estão dispostos a lutar contra o novo fascismo como lutaram contra o velho. Esperam o inimigo os soldados que nos quartéis lutam contra a repressão.

E se o inimigo está a dar a volta e a colocar-se no terreno revolucionário, no Alentejo, também a revolução dá a volta e vai entrar no Norte, em Braga, em pleno feudo da reacção.

A luta de classes é por vezes uma guerra aberta. Pode ser mesmo uma guerra civil. Esse pode ser o caso de Portugal, elo mais fraco da cadeia capitalista, onde as condições geraram condições para a Revolução.



de resistência contra o fascismo e por uma sociedade mais justa — A Sociedade Socialista: «Trabalhadores Estudantes a mesma luta».

Esta mobilização e solidariedade entre trabalhadores e estudantes assume especial importância ao momento em que a Imprensa reacção-ária tenta por todos os meios isolar a luta dos estudantes do resto da população e colúnia e deturpa a luta dos trabalhadores. Pode considerar-se esta concentração como um saldo positivo no reforço da unidade que se fez anunciar no caso Fausto Cruz. Nota-se que as forças reformistas tentam em vão controlar o processo, mas na realidade a dinâmica das lutas que se vêm travando acabam por os colocar nas traseiras do confronto.